

**TRANSTORNO DO DÉFICIT DE NATUREZA E (PÓS-)PANDEMIA:
A “NATUREZA” COMO MEDICAMENTO
PARA A RECUPERAÇÃO DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES¹**

*Eixo Temático 27 – O Corpo e os Efeitos das Práticas para Além dos
Órgãos*

Thaís Presa Martins ²
Tatiana Souza de Camargo ³
Nádia Geisa Silveira de Souza ⁴

RESUMO

Analisamos recomendações médicas sobre a importância do contato com a “natureza” para a saúde de crianças/adolescentes no Brasil (pós-)pandemia. Embasamo-nos teórico-metodologicamente nos Estudos Culturais. Examinamos a nota “O papel da natureza na recuperação da saúde e bem-estar das crianças e adolescentes durante e após a pandemia de COVID-19”, elaborada pela Sociedade Brasileira de Pediatria com apoio da Alana, por integrar a rede constitutiva do “Transtorno do Déficit de Natureza” (TDN) – problemas de saúde decorrentes da falta de contato com a “natureza”. O documento ensina pediatras e famílias sobre o TDN, acentuado pela COVID-19, e seus impactos sobre a saúde física e mental dos menores; incentivando certos modos de uso e de dosagem de tempo na “natureza” como tratamento de saúde.

Palavras-chave: Transtorno do Déficit de Natureza; Natureza e Saúde/Doença; Estudos Culturais.

¹ O presente estudo é um desdobramento da Tese de Doutorado da primeira autora (MARTINS, 2022).

² Doutora e Pesquisadora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, tpmmartins@gmail.com

³ Profa. Dra. pela Faculdade de Educação e pelo Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, tatiana.camargo@ufrgs.br

⁴ Profa. Dra. aposentada convidada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, nadiagssouza@gmail.com

INTRODUÇÃO

O que denominados “natureza” foi sendo culturalmente produzido, no Ocidente, em dadas conjunturas sócio-históricas. Essas criaram condições de possibilidade para estabelecermos certos modos de sentir, pensar e nos relacionarmos com a “natureza” como sinônimo de saúde/doença.

O estudo objetiva analisar recomendações médicas sobre a importância do contato com a “natureza” enquanto algo sadio para crianças/adolescentes no (pós-)pandemia do Brasil. Embasamo-nos teórico-metodologicamente nos Estudos Culturais, em vertentes pós-estruturalistas. Examinamos a nota de alerta “O papel da natureza na recuperação da saúde e bem-estar das crianças e adolescentes durante e após a pandemia de COVID-19”, elaborada pela Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) com apoio da Alana, eleita por integrar a rede constitutiva do Transtorno do Déficit de Natureza (TDN).

O documento ensina pediatras e famílias a respeito do TDN, acentuado pela COVID-19, e seus impactos sobre a saúde física, emocional e mental dos menores; incentivando certos modos de uso e dosagem de tempo na “natureza” como medicamento.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os sujeitos e a “natureza” são entendidos como produções culturais, imbricadas a relações de saber/poder, ancoradas em regimes de verdade, que, ao nos interpelarem, constroem nossas subjetividades. Atentamos para as relações entre “verdade” e sujeito, visto que os discursos “verdadeiros” integram os processos constitutivos das subjetividades, o que vem engendrando embates no campo social (FOUCAULT, 2015).

Segundo Louv (2016), nas últimas décadas, o ritmo frenético do processo de urbanização e o aumento exponencial do uso das tecnologias digitais têm trazido consequências para a constituição dos sujeitos e de suas subjetividades, promovendo efeitos negativos para a saúde física e mental. O contato, sobretudo, de crianças/adolescentes com a “natureza” (áreas verdes) vem diminuindo; acarretando – aumento dos índices de sedentarismo/obesidade, de déficit de vitamina D, etc. Tal desconexão com a “natureza” e seus efeitos criaram condições para a criação de um novo tipo de transtorno – o TDN – cunhado pelo jornalista Richard Louv, no livro, best-seller internacional, *“Last Child in the Woods”*, nos EUA, em 2005.

Contemporaneamente, vemos emergir uma biologização de todas as esferas da vida e das subjetividades, sendo engendrada uma “prevenção de saúde” correspondente a

um meticuloso mapeamento de riscos. As técnicas aprimoram a ordem dos cálculos e, por conseguinte, o direito à saúde afirma-se como um direito à não doença – com base na verificação dos perigos de contágio e no combate aos riscos. Em última análise, a pessoa saudável será aquela que ignora as suas doenças atuais ou virtuais (TUCHERMAN; CLAIR, 2009), tais como a COVID-19 e o TDN.

METODOLOGIA

Com embasamento teórico-metodológico pautado pelos Estudos Culturais, em vertentes pós-estruturalistas, analisamos recomendações médicas, destinadas a pares médicos pediatras e a famílias, sobre a importância do contato com a “natureza” enquanto sinônimo de saúde e medicamento contra o TDN para crianças/adolescentes no (pós-)pandemia no Brasil.

O material examinado foi a nota de alerta “O papel da natureza na recuperação da saúde e bem-estar das crianças e adolescentes durante e após a pandemia de COVID-19” (Ilustração 1), elaborada pela SBP e pelo Programa Criança e Natureza da Organização Alana, emitida em 07 de out. de 2021, sendo eleita por integrar a rede constitutiva do TDN.

Ilustração 1 - Nota de alerta da SBP em parceria com o Programa Criança e Natureza



Fonte: BECKER et al. (2021)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A nota de alerta aborda que crianças/adolescentes estão experimentando e sentindo os impactos da COVID-19 de vários modos – transformações na relação com a escola; maior tempo de permanência residencial em convívio familiar; aumento do tempo de uso de telas; mudanças em sua saúde física, emocional e bem-estar. Ela afirma que pesquisadores do mundo todo estão tentando estimar esses impactos durante o período de

isolamento, assim como o estresse no interior das famílias (BECKER et al., 2021). De acordo com Becker et al. (2021),

Uma metanálise que avaliou dados de 29 estudos, incluindo 80.879 jovens de todo o mundo, concluiu que as estimativas de incidência de depressão e ansiedade infantil e no adolescente, durante a pandemia de Covid-19 são da ordem de 25,2% e 20,5%, respectivamente. O estudo concluiu ainda que a prevalência de sintomas de depressão e ansiedade durante a Covid-19 dobrou, em comparação com as estimativas pré-pandêmicas (BECKER et al., 2021, p.1).

Pensamos que as “verdades” veiculadas pelo material, tomadas como evidências científicas internacionais e nacionais acerca de como e de quanto a conjuntura pandêmica impactou crianças/adolescentes, atuam atualizando e intensificando os discursos que a Organização Alana e a SBP vêm fazendo circular sobre a “cura” para o TDN ser o contato com a “natureza” (MARTINS, 2022). Além disso, acreditamos que os impactos da pandemia vêm sendo de tamanha magnitude e profundidade, que seria da ordem da impossibilidade estimar questões que extrapolam o domínio científico, traduzido em (com)provações, verificações, quantificações... Seguindo a leitura da nota, Becker et al. (2021) indicam que:

Há evidências sólidas de que criar e possibilitar o acesso de crianças, jovens e famílias a espaços naturais diversos e acolhedores pode contribuir muito para a recuperação de sua saúde e bem-estar, bem como para o fortalecimento de vínculos e conexões sociais. Afinal, as áreas verdes são *soluções baseadas na natureza* não apenas para as questões ambientais, mas também para a melhoria da saúde pública. Simultaneamente, aumentar o número de áreas verdes seguras e conservadas, e distribuí-las de forma mais equânime no território, nos ajudará a construir uma cidade mais segura, sustentável, resiliente, incluyente e solidária (BECKER et al., 2021, p. 2).

Nesse trecho, podemos notar uma generalização da disponibilidade de acesso a áreas “naturais”, como sinônimo de mais saúde individual e populacional. No cotidiano das famílias brasileiras contemporâneas, sabemos que ocorrem inúmeras situações de âmbitos cultural, social, econômico, político e ambiental, que dificultam ou, mesmo, inviabilizam a operação de tais ditos médicos. Aponto algumas delas. Em que região urbana essas crianças/adolescentes residem? Há condições de investimento em políticas públicas de promoção de um ambiente saudável, com saneamento básico, coleta seletiva de resíduos sólidos, segurança socioambiental, etc., para interagirem com áreas verdes? Existem parques, praças, próximos a suas moradias? (MARTINS, 2022). Posteriormente, no texto, Becker et al. (2021) dizem que:

As atividades físicas, naturalmente desenvolvidas em contato com a natureza, apresentam potencial para reduzir a gravidade das infecções por Covid-19 pelos efeitos positivos dos exercícios sobre a imunidade, hábitos de sono, pressão arterial, controle do peso, glicemia e infecções respiratórias virais. Adicionalmente os benefícios para a saúde mental são enormes, desde a redução do estresse contínuo e dos sintomas de depressão e ansiedade, com reequilíbrio

hormonal do cortisol e sua repercussão no sistema imunológico e nas inflamações (BECKER et al., 2021, p. 2).

Aqui, há ditos que enfatizam os benefícios do contato com a “natureza” enquanto sinônimo de saúde, e, dessa, por sua vez, como sinônimo de “bom” funcionamento do corpo; do corpo e da prevenção de COVID-19; do corpo e de seus sistemas; do corpo e de seus parâmetros de saúde, devidamente pormenorizados por exames.

A partir do século XVI, há condições de possibilidade para o nascimento de um campo externo à biologia e à clínica médica, o das práticas de visibilidade, desenvolvendo técnicas de visualização do corpo humano – tais como aparelhos de raios-x, endoscopias, ultrassonografias, ressonâncias magnéticas, *PET-scans*. Essas construções visam tornar tudo visível e, por conseguinte, conhecido (TUCHERMAN; CLAIR, 2009).

Nessa perspectiva, não são mais os pacientes que relatarão os seus males, mas sim as doenças que terão a absoluta atenção dos sujeitos e das instituições. Ou seja, “é neste processo que a biologia desliga-se da terapia e passa a atuar na regulação da vida, promulgando uma economia do bem-estar que é também uma radical medicalização da sociedade” (TUCHERMAN; CLAIR, 2009, p. 18). Embora, no caso da nota de alerta, tal medicalização tome a “natureza” enquanto objeto medicalizado/medicalizante.

Em um segundo momento, o documento traz recomendações médicas para seus pares pediatras e, após, para famílias, prescrevendo que eles estimulem seus pacientes e filhos, respectivamente, a terem contato com a “natureza” diariamente, a fim de desenvolver sua plena saúde física, mental, emocional e social. O material, ainda, instrui que esses agentes sociais mantenham os devidos cuidados com a higiene e com o distanciamento social, evitando o risco de contaminação por COVID-19, especialmente, entre crianças/adolescentes (BECKER et al., 2021). Dentre as orientações para médicos, apontadas por Becker et al. (2021), destacamos a referente à “dieta de ‘natureza’”,

Planejar com as famílias uma “dieta de natureza”, de forma que as crianças e adolescentes possam retomar o hábito de brincar e conviver ao ar livre de forma cotidiana e frequente: brincar no parquinho mais próximo pelo menos uma hora por dia; fazer um passeio ou caminhada na rua/prça/orla da praia ou lagoa uma vez na semana; fazer um piquenique num parque diferente uma vez ao mês, priorizando a alimentação saudável; e, eventualmente, planejar viagens para locais onde as crianças possam usufruir dos espaços abertos com autonomia, liberdade e segurança (BECKER et al., 2021, p. 3).

Nesse tópico, há regras sobre “tempo e acesso” para brincar e conviver ao ar livre, o que deve ser controlado e garantido, segundo os ditos médicos, pela família. Ao tomarem tais recomendações como “verdades”, os pais podem vir a sentirem-se culpabilizados por não conseguirem se dedicarem a equilibrar a agenda de atividades dos

filhos entre estudos e tempo (ao ar) livre. Há a obrigação ético-moral de proporcionar, ao menos uma hora/dia, que as crianças brinquem na “natureza”; ignorando a existência de diferentes modos de vida urbana e diversos tipos de infâncias/adolescências... Os pais trabalham fora de casa, onde, em que condições, por quanto tempo? Eles têm disponibilidade/disposição para levar os filhos a terem contato com a “natureza” por uma hora diariamente, para a praça ou a praia semanalmente, para fazer piqueniques mensais com alimentos saudáveis? (MARTINS, 2022). Parece-nos que a realidade idealizada pela prescrição médica se centra em famílias de classe socioeconômica de nível médio ou acima, especialmente, pensando no cenário brasileiro. Em relação às recomendações para as famílias, salientamos uma das indicadas por Becker et al. (2021),

Sugerir e incentivar que as escolas incluam aprendizagens ao ar livre nos protocolos de retomada das aulas presenciais. O uso de espaços ao ar livre, como pátios, quadras e jardins, se apresenta como uma forma de diminuir os riscos de transmissão do coronavírus e, ao mesmo tempo, colabora na promoção de saúde e bem-estar dos educadores e estudantes (BECKER et al., 2021, p. 4).

Prescrever, medicamente, que as famílias interferiam nas dinâmicas escolares e nas propostas didáticas, parece-nos algo questionável enquanto educadoras. Mais uma vez, deparamo-nos com uma padronização da realidade brasileira que, particularmente, em relação aos cenários escolares, é, de certo, plural, diversa, incomensurável. Há Instituições escolares sem pátios, sem quadras, sem jardins; outras têm, porém, são pequenas e precisam organizar um sistema de revezamento do uso desses espaços; outras, ainda, dispõem desses locais e são amplas, no entanto, apresentam como cerne de seu trabalho o perfil conteudista, voltado para aprovações no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e em concursos vestibulares, o que pode inviabilizar propostas teórico-metodológicas fora do ambiente da sala de aula tradicional, embora dentro dos muros da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, o estudo analisou uma nota de alerta, emitida pela SBP com apoio da Organização Alana. O documento, ancorando o saber/poder médico em relação ao contato com a “natureza” enquanto sinônimo de “boa” saúde, de corpo “sadio”, para crianças/adolescentes, ensina pediatras e famílias a respeito do TDN (acentuado pela pandemia de COVID-19), e seus impactos sobre a saúde física, emocional e mental dos menores; incentivando certos modos de uso e dosagem de tempo na “natureza” como medicamento. Para tanto, utiliza-se da figura médica enquanto detentora do saber/poder

dos cuidados com a saúde na ordem social, e da família enquanto agente social que viabiliza os cuidados médicos no interior dos lares; que promove as mudanças dos hábitos de vida (atividade física regular e ao ar livre, mais e melhor contato com a “natureza”, alimentação “saudável”); que incide diretamente sobre os corpos dos filhos. A partir dessa investigação, talvez, possamos (re)criar as formas como vimos sendo subjetivados pelas “verdades” científicas/médicas que nos interpelam cotidianamente, predominantemente, em direção a um caminho unidirecional, que desconsidera a existência de distintas realidades, de diferentes modos de vida, e de diversas carências básicas no Brasil.

REFERÊNCIAS

BECKER, D.; SOLÉ, D.; EISENSTEIN, E.; ARAÚJO, L. A. DE; BARROS, M. I. A. DE.; GHELMAN, R.; WEFFORT, V. **O papel da natureza na recuperação da saúde e bem-estar das crianças e adolescentes durante e após a pandemia de COVID-19** – nota de alerta: grupo de trabalho criança, adolescente e natureza. [Internet]. 2021. 6p. Disponível em: <<https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/o-papel-da-natureza-na-recuperacao-da-saude-e-bem-estar-das-criancas-e-adolescentes-durante-e-apos-a-pandemia-de-covid-19/>>. Acesso em: 30 de jul. de 2022.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. MACHADO, R. (Org., Trad., Rev. Tec.). 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015, 431p.

LOUV, R. **A Última Criança na Natureza: resgatando nossas crianças do transtorno do déficit de natureza**. AZUMA, A.; BELHASSOF, C. (Trad.). 1 ed. São Paulo: Aquariana, 2016, 412p.

MARTINS, T. P. **O Dispositivo do Transtorno do Déficit de Natureza: um estudo sobre a importância do contato com a “natureza” para a saúde dos sujeitos**. Tese [Doutorado em Educação em Ciências] – Instituto de Ciências Básicas da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022, 379p. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/239027>>. Acesso em: 30 de jul. de 2022.

TUCHERMAN, I.; CLAIR, E. S. A somatização da subjetividade contemporânea: continuidades e rupturas. **Logos: Comunicação e Universidade**. Rio de Janeiro, v.16, n.1, 2009. p.10-21. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/logos.2009.323>>. Acesso em: 01 de ago. de 2022.